



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS**

**INTERFACE LINGUÍSTICA E ENSINO: A PERSPECTIVA FORMAL GERATIVISTA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Yan dos Santos Silva

Rio de Janeiro

2022

YAN DOS SANTOS SILVA

**INTERFACE LINGUÍSTICA E ENSINO: A PERSPECTIVA FORMAL GERATIVISTA
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português-Literaturas.

Orientador(a): Isabella Lopes Pederneira

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

SS586i Silva, Yan dos Santos
Interface Linguística e Ensino: a perspectiva
formal gerativista na Educação Básica / Yan dos
Santos Silva. -- Rio de Janeiro, 2022.
42 f.

Orientadora: Isabella Lopes Pederneira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Bacharel em Letras: Português -
Literaturas, 2022.

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2.
Linguística e ensino. 3. Teoria gerativa. 4.
Sintaxe. 5. Prática pedagógica. I. Pederneira,
Isabella Lopes, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que, de certa forma, auxiliaram-me ao longo deste percurso; indivíduos pelos quais possuo franca e vultosa admiração. Concluir o Ensino Superior no Brasil não é fácil, ainda mais quando se é um licenciando em uma universidade pública, a qual geralmente é alvo de ataques e calúnias. No entanto, a despeito de várias difamações, a UFRJ cumpre um serviço imprescindível a toda sociedade brasileira. Sendo assim, muito obrigado, Universidade Federal do Rio de Janeiro!

Além disso, ser criado em uma comunidade no Rio de Janeiro - Rocinha - suscita uma série de obstáculos, embora muitos apregoam a “meritocracia” para todos os problemas sociais que ainda hoje pairam sob este país. Fui contra esse sistema covarde que oprime e aniquila os subalternizados. Estudei em escola pública durante minha vida e sei o jogo pesado que é, conquanto essa instituição seja um exemplo nítido de resistência da classe popular. Neste sentido, obrigado, escola pública, por todo aprendizado: resistência e consciência de classe.

À minha mãe Cláudia e a meu pai Henrique, muitíssimo obrigado, por todo amor, zelo, cuidado e paciência.

À minha tia Maria José, obrigado por acreditar em mim, embora a senhora não esteja mais neste plano.

Aos meus professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio: Hugo, Maria Augusta e Rosilene, muito obrigado por toda inspiração, todo amor à profissão e tanta entrega nas aulas ministradas. O amor de vocês pela língua transformou um menino. Obrigado.

Aos meus amigos, os quais não irei citar uma vez que cometeria gafe por esquecer de muitos, obrigado por tanto incentivo.

À minha orientadora querida Isabella Pederneira, obrigado por todo alicerce e aprendizado.

Aos meus escritores favoritos, dentre os quais se destacam Clarice Lispector, Machado de Assis, George Orwell, José Saramago, Graciliano Ramos e tantos outros, muito obrigado por tanta devoção à língua.

No fundo, talvez o problema da pátria não passe de um problema de linguagem. Onde quer que se se encontre, aonde quer que se vá, o homem continua a pensar com as palavras e com a sintaxe do seu país.

Roger Gard

RESUMO

Esta monografia apresenta como um de seus objetivos identificar as insuficiências e incoerências da gramática tradicional no que tange à conceituação da função sintática sujeito (argumento externo), como também propor subsídios que a linguística gerativa pode fornecer a fim de que tal termo sintático possa ser melhor esclarecido e estudado nas aulas de língua portuguesa. Tal pesquisa é fruto da insatisfação diante da ênfase do ensino da gramática tradicional, cujo foco recai em conceitos que são comumente equivocados, como os de cunho semântico em análises sintáticas ou aqueles que alternam procedimentos semânticos e sintáticos ilimitadamente. Para tanto, a metodologia utilizada não só foi a comparação entre a definição de sujeito dada pelos gramáticos normativos e sua aplicação efetiva no uso real da língua, mas também a dissidência do conceito entre os próprios gramáticos. Além disso, o trabalho também tem como objetivo oferecer assistências aos professores de língua portuguesa em suas respectivas aulas através das ferramentas fornecidas pela Gramática Gerativa. Diante do elencado, o estudo enfatiza a interface entre o ensino de sujeito (argumento externo) e a perspectiva gerativista como meio metodológico. Espera-se, assim, um domínio mais consciente do funcionamento da Gramática, enquanto conjunto de regras internalizadas pelos falantes nativos.

Palavras-chave: Sujeito; Argumento Externo; ensino de língua portuguesa; gerativismo; gramática tradicional.

ABSTRACT

One of the objectives of this monograph is to identify the insufficiencies and inconsistencies of traditional grammar concerning the conceptualization of the syntactic function subject (external argument), as well as to propose subsidies that generative linguistics can provide so that this syntactic term can be better clarified and studied in Portuguese language classes. Such research is the result of dissatisfaction with the emphasis of traditional grammar teaching, which focuses on concepts that are commonly mistaken, such as those of semantic nature in syntactic analysis or those that alternate semantic and syntactic procedures unlimitedly. To this end, the methodology

used was not only the comparison between the definition of subject given by normative grammarians and its effective application in real language use, but also the dissidence of the concept among grammarians themselves. Furthermore, the work also aims at offering assistance to Portuguese language teachers in their respective classes by means of the tools provided by Generative Grammar. In view of the above, the study emphasizes the interface between the teaching of subject (external argument) and the generative perspective as a methodological means. Thus, it is expected a more conscious domain of how Grammar works, as a set of rules internalized by native speakers.

Keywords: Subject; External Argument; Portuguese language teaching; generativism; traditional grammar.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Representação arbórea	19
FIGURA 2 - Representação arbórea	20
FIGURA 3 - Representação arbórea	21
FIGURA 4 - Representação arbórea	22
FIGURA 5 - Representação arbórea	23
FIGURA 6- Representação arbórea	25
FIGURA 7 - Representação arbórea	27
FIGURA 8 - Representação arbórea	28
FIGURA 9 - Representação arbórea	29
FIGURA 10 - Representação arbórea	30
FIGURA 11 - Representação arbórea	31
FIGURA 12 - Notícia jornalística	36
FIGURA 13 - Dado relacionado à pregação verbal	38
FIGURA 14 - Jogo pedagógico relacionado ao padrão oracional	39
FIGURA 15 - Jogo pedagógico relacionado ao padrão oracional.....	39
FIGURA 16 - Jogo pedagógico relacionado ao padrão oracional	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. Fundamentação teórica.....	11
3. O termo sujeito na perspectiva tradicional.....	14
4. O termo sujeito sob a perspectiva da teoria gerativa.....	19
5. Alternativa à gramática tradicional na Educação Básica.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

Há sempre uma grande tensão quando os falantes nativos entram em contato com a norma-padrão estabelecida na escola. Diante da conflituosa situação e na tentativa de resolver essa dissonância, a escola e os professores passaram a tratar os alunos como não conhecedores da sua própria língua. Assim, nas aulas de língua portuguesa, priorizou-se o ensino de diversas regras gramaticais que são totalmente apartadas do conhecimento linguístico do aluno - uma vez que não fazem parte do seu universo gramatical - e que também não contribuem para um pleno desenvolvimento da capacidade da linguagem do indivíduo. O resultado a partir dessa malfadada prática foi o ensino enfadonho e maçante de múltiplas regras prescritivas, baseadas em exemplos literários. Assim, este trabalho emerge da necessidade de refletir acerca de alguns conflitos apresentados no ensino de língua portuguesa, especificamente do termo sintático sujeito (ou argumento externo, conforme é denominado em Gramática Gerativa).

Sob essa ótica, é sabido que o ensino da gramática tradicional - que preconiza regras e dita o que é "certo" e o que é "errado" na língua - ocupa substancialmente as aulas de língua portuguesa nas escolas brasileiras. O estudo da gramática supracitada, além de não promover uma ampla reflexão do aluno no que tange a sua própria língua, também gera confusão, uma vez que determinadas conceituações que estão nas compilações apresentam incoerências e insuficiências. Geralmente, os professores que estão na educação básica primeiro definem o que venha a ser sujeito e, a partir daí, produzem diversos exercícios de fixação aos alunos. Todavia, muitos desses alunos que, na maioria das vezes, tem a ideia de que sujeito "é o ser sobre o qual se faz uma declaração" (CINTRA, 2017, p. 136), possuem dificuldades para identificá-lo na oração, uma vez que tais definições são insuficientes frente à multiplicidade em que tal categoria sintática pode se encontrar na sentença. Logo, o ensino da gramática tradicional está em discrepância com os fenômenos linguísticos hodiernos, que buscam explicar os fenômenos da linguagem a partir do uso concreto da língua. Para tanto, a gramática gerativa surge como um vultoso suporte

pedagógico, que possibilita ao professor evidenciar aos alunos que o estudo da gramática de uma língua se baseia numa melhor compreensão acerca da estrutura dessa mesma língua.

Primeiro serão apresentados múltiplos conceitos de sujeito (argumento externo) aventados pela gramática tradicional e, a partir disso, confronto entre a definição e sua aplicabilidade em determinadas frases. Tal estratégia possibilitará constatar que o suporte teórico da gramática tradicional se limita ao estudo vago da estrutura da frase, focalizando a perspectiva semântica. Assim, o compêndio referido não está em consonância com as diversas possibilidades que a língua pode apresentar em inúmeros contextos sintáticos.

Em seguida, serão analisadas as contribuições da gramática gerativa para uma melhor elucidação da estrutura da frase e como tal base teórica pode ajudar no processo de ensino-aprendizagem do termo sintático sujeito (argumento externo), uma vez que observar-se-ão todas as transformações ocorridas nas frases.

1. Fundamentação teórica

Esse capítulo aponta a base teórica do tema da monografia, tal como os importantes e principais elementos que subsidiarão a pesquisa.

Não só as metodologias utilizadas pelos professores nas escolas brasileiras no ensino de língua materna possuem problemas, como também há uma grande insatisfação com a qualidade das gramáticas (PERINI, 2005). Um dos pontos a se refletir, a partir deste pensamento, é a valorização da gramática tradicional que, desconsiderando a gramática internalizada do falante - isto é, o conjunto de regras da língua que o indivíduo domina sem ninguém o ter ensinado - e impondo aos discentes diversas regras apartadas de sua competência linguística, geram um enfraquecimento do real objetivo do ensino de língua, o qual, contemporaneamente, está focado na reflexão do que é aprendido pelo aluno. Nesta lógica, levar em consideração a gramática internalizada não somente possibilita promover uma ampla análise acerca da língua, como também a compreensão acerca de determinados fenômenos subjacentes a ela. Ao invés de julgar o conhecimento linguístico do aluno em “certo” ou “errado”, poder-se-ia levar em consideração dois critérios, que longe de tradicionais e assentados sob a perspectiva gerativista, permitem uma

análise mais profícua do conhecimento linguístico do aluno: gramaticalidade e agramaticalidade, ou seja, sentenças que pertencem ou não a uma dada língua (MIOTO, 2007).

Alia-se a essa dificuldade o obstáculo que as pesquisas linguísticas contemporâneas encontram para adentrar às escolas do país, vide a massificação de livros didáticos nas instituições, que seguem as prescrições dos gramáticos normativos, que dão definições rasas e pouco consistentes (PERINI, 1985). Tal empecilho acarreta a falta de informação acerca da existência da Gramática Universal, que é um órgão biológico como qualquer outro órgão (RAPOSO, 1992). Essa conceituação, se bem estudada, pode auxiliar no desenvolvimento linguístico do aluno.

Perante o exposto, a crítica à gramática tradicional recai por diversos motivos, dentre os quais se destacam a prevalência dos aspectos semânticos sobre os sintáticos na conceituação dos termos; as contradições entre as definições dos gramáticos normativos e as aplicações dessas em exemplos cotidianos; o preterimento do aspecto sintagmático na formação de orações no período; a fusão entre os critérios semântico e sintático e, conforme salienta Duarte (2007), o fato de a gramática tradicional sempre estar associada à noção de ‘certo’ e do ‘errado’, e não na questão da gramaticalidade, aceitabilidade ou adequação linguística, considerando suas diversas aplicações e a diferença entre língua oral e língua escrita.

A teoria considerada nesta monografia é a gerativista, que, para OLIVEIRA (2019, p. 5), compreende a linguagem como uma capacidade inata ao indivíduo, isto é, o sujeito seria detentor de uma habilidade genética que o permitiria construir toda a sua competência linguística. Nesta lógica, a linguagem seria uma dotação genética dos seres humanos. Consequentemente, esse órgão da mente/cérebro seria nomeado pelos gerativistas de faculdade da linguagem. Essa proposta vai totalmente de encontro com o modelo teórico behaviorista, que afirma que todo conhecimento da língua é exterior ao indivíduo e fruto de mero reforço.

Para os behavioristas, dentre os quais se destacava o linguista norte-americano Leonard Bloomfield, a linguagem humana era interpretada como um condicionamento social, uma resposta que o organismo humano produziu mediante os estímulos que recebia da interação social. Essa resposta, a partir da repetição constante e mecânica, seria convertida em hábitos, que caracterizariam o comportamento linguístico de um falante. (KENEDY, 2017, p. 128)

Nesta perspectiva, ao defender a ideia de que a constituição do conhecimento linguístico se dá a partir de um órgão da linguagem que todos os seres humanos possuem - e somente os seres humanos -, a compreensão de gramática também se modifica. Em vez de conceber a supracitada como um manual cuja característica principal é a formulação de múltiplas regras do “bem falar e do bem escrever”, a perspectiva gerativista a compreende como um sistema que almeja explicar todo o funcionamento e formatação de uma dada língua específica, sem juízo de valor. Neste sentido, o papel dos sintaticistas gerativistas, dentre outros, é o detalhamento de quais regras são aplicáveis para formação de estruturas gramaticais - isto é, frases pronunciadas pelos falantes com base em regras linguísticas internalizadas - e que acarretam estruturas agramaticais.

Além disso, Noam Chomsky (1965) considerou que a gramática possui uma característica importante, que é a propriedade ou capacidade recursiva da linguagem, na medida em que a partir de um número finito de procedimentos gramaticais poder-se-ia gerar um número infinito de frases, de acordo com MAIA (2006, p. 24). Considerando essa ideia, além da gramática ser um aparato biológico subjacente ao indivíduo, também permitiria gerar sentenças gramaticais - excluídos os casos patológicos.

No âmbito sintático, ponto em que este trabalho está inserido, a gramática gerativa busca explicações para os fenômenos da estrutura sintática por meio de representação arbórea, evidenciando, pois, todas as articulações entre constituintes e mostrando suas combinações. Sob essa ótica, a sintaxe seria “o conjunto das operações cognitivas que geram representações sintáticas complexas, como sintagmas e frases.” (KENEDY, 2013, p.177). Logo, nesta perspectiva, a sintaxe seria resultado não de relações semânticas entre as palavras, mas uma ferramenta decorrente das relações estruturais hierárquicas entre palavras e sentenças.

Neste sentido, tal suporte teórico auxiliará na investigação acerca do termo sintático sujeito, tendo em vista que o sujeito, ou Argumento Externo, conforme a Gramática Gerativa, é um termo gerado na sintaxe para compor uma sentença gramatical e faz parte do conjunto de Princípios pertencentes à Gramática Universal.

2. O termo sujeito na perspectiva tradicional

O termo sujeito, sob a lógica da gramática tradicional, há muito tempo tem trazido problemas para o ensino de língua. Esses apuros linguísticos pelos quais alunos e professores passam quando se procura identificar tal termo sintático na oração é decorrente de determinadas classificações que, longe de serem coerentes e satisfatórias, promovem uma grande confusão quando analisadas. O imbróglio se inicia logo quando há uma dicotomia entre os termos, os quais os gramáticos normativos dividem em: termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios.

O elemento aqui estudado se insere no que apregoam ser “termos essenciais”. Tal perspectiva é nociva, uma vez que pressupõe que os demais elementos - exceto sujeito e predicado - são dispensáveis, tal como afirma Duarte

À imprecisão resultante do uso de tais adjetivos alia-se a falta de complementaridade entre os termos que compõem cada um dos três grupos: o “predicado”, por exemplo, é “essencial”, enquanto os complementos verbais, que fazem parte do predicado, são termos “integrantes. (DUARTE, 2007, p. 185)

Neste âmbito, há uma visão totalmente superficial acerca da estrutura sintática. Logo, o segundo problema é a definição do termo a partir tão somente do critério semântico, que está totalmente em concordância com o que determinado termo significa a partir da essência biossocial. Sendo assim, há uma série de incoerências entre as conceituações de gramáticos normativos e exemplos linguísticos práticos, tal como salienta Perini:

Se tivesse de apontar a grande falha fundamental da nossa tradição gramatical, eu escolheria justamente essa: a ausência de conscientização adequada do conhecimento teórico das afirmações que constituem a gramática.(PERINI, 1985, p.8)

Cunha define sujeito como: "o ser sobre o qual se faz uma declaração" (CUNHA, 2017, p. 136). Tal designação deveria, a princípio, ser capaz de abranger todos os elementos sobre os quais se faz uma declaração. No entanto, a partir de exemplos, pode-se observar uma grande incompatibilidade quando se almeja identificar o sujeito a partir da definição anteriormente citada. Observe:

(1) Ana Cláudia pediu licença para falar.

- (2) Os copos foram quebrados.
- (3) No Rio de Janeiro faz sol.
- (4) As pizzas de chocolate, eu comi.

Caso fosse solicitada ao aluno a identificação do sujeito nas frases (1), (2), (3) e (4), provavelmente encontraria problemas. Talvez nas duas primeiras orações (1) e (2) não, na medida em que os seres sobre os quais se faz uma declaração são, respectivamente, “Ana Cláudia” e “Os copos”. Portanto, correspondem aos sujeitos das orações. Em contrapartida, nas demais (3) e (4), não haveria correspondência entre a definição e o exemplo dado. Em (3), caso o aluno levasse em consideração a definição de Cintra, afirmaria que “No Rio de Janeiro” era o sujeito, na medida em que há uma declaração sobre essa cidade, que é o fato de fazer sol. Todavia, a partir do mesmo conhecimento linguístico, sabe-se que é classificado como um adjunto adverbial de lugar (sob a perspectiva da Gramática Tradicional), uma vez que indica a circunstância em que o processo verbal ocorre. Logo, ainda que o termo citado seja o ser sobre o qual se faz uma declaração, não corresponde ao sujeito da sentença, ou Argumento Externo, consoante a Gramática Gerativa.

Ademais, no exemplo (4) o termo “As pizzas de chocolate, eu comi”, trata-se de um exemplo ainda mais complexo. Isso se evidencia pelo fato de que há o ser sobre o qual se faz uma declaração que, no caso, é “As pizzas de chocolate”. Todavia, é sabido que esse termo não coincide com o sujeito da oração, que é o pronome “eu”. Além do mais, a mesma gramática que define tal termo como sujeito -vide a definição dada por Cunha -é a mesma que classifica essa expressão como objeto deslocado, uma vez que seria o complemento do verbo comer. Neste sentido, pode-se observar um grande imbróglie acerca das definições dadas de sujeito pela gramática tradicional. Tal critério, além de incoerente, promove duas classificações para a mesma expressão. Para isso, Duarte problematiza um exemplo parecido com o número (4) e sugere uma análise mais coerente:

Na verdade, essas definições de sujeito e predicado que constam de nossas gramáticas tradicionais são as conceituações de “tópico” e “comentário”, que podem coincidir ou não com os elementos a que nos referimos como “sujeito” e “predicado”. Assim, numa sentença como “Corrida de cavalo, eu nunca fui ao jôquei clube” (Nurc-RJ), o termo

“corrida de cavalo” é o tópico sobre o qual se faz um comentário “ eu nunca fui ao jóquei clube”. Em outra sentença - “ A minha amiga Maria nunca foi ao jóquei para ver uma corrida de cavalo” -, o tópico “ a minha Maria” coincide com o sujeito gramatical da oração e o comentário coincide com o que chamamos de predicado. (DUARTE, 2007, p. 186)

Soma-se a essas múltiplas contradições, as classificações de sujeito dadas pelos gramáticos normativos, que levam em consideração critérios semânticos para a análise sintática, o que faz com que a conceituação fique ainda mais contraditória. Segundo Cunha:

“Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o sujeito é indeterminado”. (CUNHA, 1975, p. 141.)

A definição supracitada acerca do que vem a ser sujeito indeterminado já é problemática por dois motivos. O primeiro se evidencia pela conceituação do sujeito feita pelo mesmo autor, que é “ o ser sobre o qual se faz uma declaração”. O “sujeito indeterminado” deveria ter como pressuposto básico o desconhecimento acerca do ser sobre o qual se faz uma declaração, e não pelo fato de o verbo não se referir a uma pessoa determinada. Além disso, houve uma mescla entre critérios semântico e sintático, visto que o verbo - predicator verbal -, que é responsável pela estrutura argumental, sob a luz da Gramática Gerativa, está na definição acima responsável por se referir a uma pessoa determinada ou não, o que seria um critério semântico.

Além disso, a GT (Gramática Tradicional) sugere, dentre as classificações de tipos de sujeito, o chamado “sujeito oculto”, que seria um parâmetro - sob a luz da Teoria Gerativa- da língua portuguesa, ou seja, uma particularidade da língua. Sobre esse conceito, KENEDY (2017, p. 136) entende que deva ser compreendido como as possibilidades (limitadas sempre de maneira binária) de variação entre as línguas. Essa classificação, ainda que correta do ponto de vista estrutural da sentença, uma vez que tal variação não ocorre em todas as línguas - isto é, nem todas as línguas guardam consigo a possibilidade da utilização do sujeito nulo -, ela só faz sentido, como defende Duarte (2007, p. 195), se o sujeito “oculto” se opuser ao sujeito “expresso”. Observe exemplos:

(1) Eu fui a Paris semana passada.

(2) Fui a Paris semana passada.

(3) I went to Paris last week.

(4) I went to Paris last week.

Na oração (1) pode-se perceber que o sujeito foi utilizado explicitamente, todavia a GT (Gramática Tradicional) não o trata como sujeito “expresso”; na perspectiva abordada, sua classificação seria sujeito “simples”, por se tratar de uma expressão cujo núcleo é o pronome “eu”. Na oração (2), por sua vez, há a ocultação do sujeito, o que faz com que sua classificação seja sujeito “oculto”. Pode-se perceber, até então, que há classificações feitas com coerência; outras, não. Em contrapartida aos dados da língua portuguesa, na língua inglesa não há a possibilidade do sujeito nulo, isto é, ainda que se tente representar o sujeito de uma forma não expressa, tal como em (2), não é possível. Neste idioma, conforme salienta Duarte (2007, p. 198), há a tendência em preencherem a posição daquele sujeito “oculto” com um pronome sem conteúdo semântico, conforme mostra a oração (4). Dessa forma, as orações (3) e (4) seriam idênticas, conquanto se tenha a vontade de exprimir o sujeito em uma e não na outra. Desse modo:

A existência de sujeitos nas sentenças é um princípio da GU (Gramática Universal), mas a possibilidade de deixá-los nulos nas frase é um parâmetro da GU, pois línguas como o português se caracterizam como [+ sujeito nulo], enquanto línguas como o inglês são [- sujeito nulo]. É por essa razão que dizemos que os parâmetros que diferenciam as línguas são previsíveis e distribuídos sempre de maneira binária (+ ou - o parâmetro x). (KENEDY, 2013, p. 137)

O mesmo ocorre na classificação, segundo a GT, acerca da oração “sem sujeito”. Segundo a tradição, tal classificação se enquadraria em frases em que não há possibilidade de alguém praticar determinada ação, uma vez que os verbos seriam impessoais, como aqueles que evidenciam noções climáticas, conforme os seguintes exemplos:

(1) Neva em São Paulo.

(2) It snows in São Paulo.

A frase (1), em língua portuguesa, mais uma vez, apresenta a forma não expressa de sujeito. Em contraste com a frase (2), escrita na língua inglesa, na qual há um conteúdo semântico sem

referência (It), o que a teoria linguística moderna abordada aqui no trabalho elucidada como sujeito expletivo. Conquanto na oração (1) não haja um sujeito evidenciado, a Gramática Gerativa propõe, consoante a visão de Duarte (2007, p. 198), um expletivo não expresso, isto é, haveria um pronome ou qualquer expressão equivalente sem conteúdo semântico, só que, na língua portuguesa, não seria expresso. Tal análise, além de evidenciar minúcias acerca do funcionamento do sujeito na língua, abole a classificação simplória da GT.

Nas definições tradicionais, os verbos intransitivos (ou monoargumentais, conforme a Teoria Gerativa) são, segundo CUNHA (2017, p. 149): “...intransitivos, ou seja, não transitivos: a ação não vai além do verbo.”

Sob essa ótica, quem chora chora; quem nada nada; quem cai cai; quem dorme dorme. Não há a necessidade de uma complementação para a efetivação do sentido. O predicador verbal projeta uma determinada estrutura que será o sujeito da sentença (ou Argumento Externo, conforme a Teoria Gerativa). No entanto, a GT peca ao não fazer a distinção das subcategorias dos verbos “intransitivos”, que são inergativos e inacusativos. Neste sentido, embora ambas as categorias possuam a característica de demandarem apenas um argumento (sob a luz da Gramática Gerativa), apresentam comportamentos diferenciados. Observe os exemplos:

- (1) Caio chorou.
- (2) A criança caiu.
- (3) A comida chegou.
- (4) Cláudia dormiu.

Embora todas as frases acima (1), (2), (3) e (4) sejam consideradas, na Gramática Tradicional, expressões com verbos “intransitivos”, há distinção entre os exemplos, uma vez que, segundo Pedroso (2019, p.1), implica, necessariamente, uma diferença representacional ligada à localização em que o argumento é gerado na árvore sintática. Tal contraste entre verbos inergativos e verbos inacusativos será melhor evidenciado no próximo capítulo, que se dedicará ao termo sujeito - ou Argumento Externo- sob a perspectiva da Teoria Gerativa.

Sob esse viés, muitas das definições apresentadas não estão em consonância com o que de fato é exibido nas estruturas gramaticais. Isso decorre do fato de que a GT (Gramática Tradicional) centra-se na identificação e conceituação do termo sujeito, mas não na sua realização dentro da

frase tampouco há foco em suas peculiaridades sintáticas.

3. O termo sujeito sob a perspectiva da teoria gerativa

A fim de dar conta da categorização do termo sujeito que, sob a perspectiva neste capítulo aventada, é nomeado argumento externo - uma vez que é um termo projetado por um predicador e que no esquema arbóreo localiza-se na parte exterior da estrutura do sintagma verbal, como especificador - de uma forma mais coerente e consistente, dar-se-á ênfase na perspectiva gerativa - que se utiliza da teoria X-barra, uma vez que permite uma melhor visualização da organização interna dos sintagmas que, juntos, formam sentenças. Essa proposta além de possibilitar o entendimento da estrutura da sentença de qualquer língua natural, permite um melhor entendimento do argumento externo sob a perspectiva da teoria gerativa. Esse modelo adotado, conforme Miotto,

é o módulo da gramática que permite representar um constituinte. Ela é necessária para explicitar a natureza do constituinte, as relações que se estabelecem dentro dele e o modo como os constituintes se hierarquizam para formar a sentença. Como acontece com qualquer módulo da gramática, a Teoria X-barra deve ser universal a ponto de configurar-se como um esquema geral, capaz de captar a estrutura interna dos sintagmas de qualquer língua; mas também deve prestar-se a dar conta da variação nas diferentes línguas. (MIOTTO, 2007, p. 46)

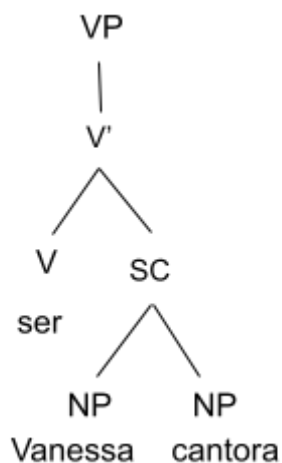
O argumento externo, na perspectiva da Teoria Gerativa, ganha novas postulações, na medida em que nesta abordagem tal termo está totalmente vinculado à organização oracional - isto é, à organização sintática, e não mais subordinado às questões semânticas. Na concepção gerativista, a composição oracional se dá por meio de relações entre constituintes - que são formados pelos núcleos. A partir disso, os constituintes combinam entre si para formar sentenças.

É imprescindível, portanto, a localização dos núcleos da sentença ou, conforme a perspectiva aqui abordada, dos predicadores, na medida em que eles fornecerão a estrutura argumental da oração, pois projetam os constituintes centrais da oração (VIEIRA, 2018).

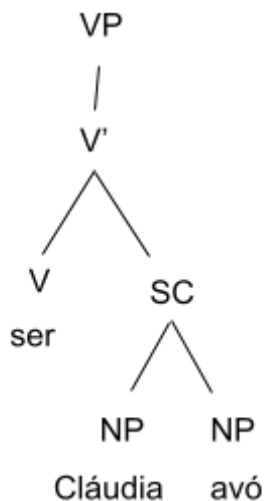
É importante frisar, porém, que nem sempre o núcleo será um verbo. A Small Clause, por exemplo, é uma predicação que se estabelece entre um constituinte que é o sujeito e um outro que é o predicado sem que o núcleo desse predicado seja um verbo (ou uma flexão verbal). (MIOTO, 2007, p. 107)

Podem ser vistos exemplos de SCs (Small Clauses) abaixo com seus respectivos diagramas arbóreos, sem a flexão de tempo, carecendo de movimentos, deslocamentos e focalizando na projeção dos argumentos do núcleo verbal, com intuito de apenas evidenciar a predicação:

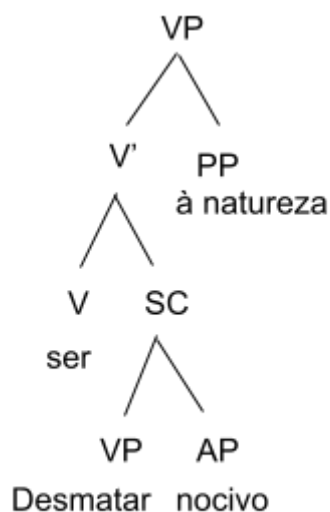
- a. Vanessa é cantora.



- b. Cláudia é avó.



c. Desmatar é nocivo à natureza.



Em todos os exemplos acima pode-se observar que os itens sublinhados são os núcleos, os quais são responsáveis pela estrutura das sentenças a que estão inseridos. Os predicadores nominais *cantora* e *avó*, respectivamente (a) e (b), projetam alguém como cantora e alguém que é avó, que corresponderão aos argumentos externos. Em (c), o predicador adjetival não somente seleciona o que é nocivo - que corresponderá ao argumento externo -, como também a quem recai a nocividade.

Além disso, os verbos, que são tipicamente núcleos/predicadores, estão ali somente para dar estatuto de oração à estrutura, uma vez que as estruturas sentencias supracitadas precisam de um verbo que lhe dê as marcas de tempo, número, pessoa, modo e atribua caso nominativo ao sujeito. (VIEIRA, 2018, p. 192)

Assim, para a identificação de uma determinada função sintática - neste trabalho com ênfase no argumento externo - é necessário observar o núcleo e as funções que a partir dele são estabelecidas, conforme salienta MIOTO:

No constituinte, todas as relações são estabelecidas direta ou indiretamente a partir do núcleo. Assim, para reconhecer um constituinte em toda sua extensão, é fundamental identificar o núcleo e a partir dele as relações que se estabelecem e os constituintes que

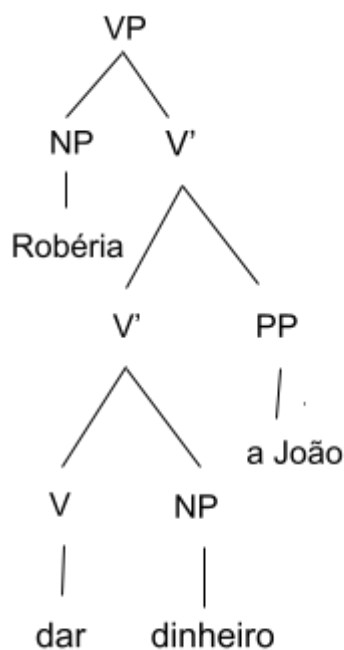
desempenham algum papel nestas relações. Ou, em sentido inverso, a partir das relações que estão postas, localizar o núcleo (MIOTO, 2007, p. 52).

Os predicadores verbais podem projetar estruturas com até três argumentos. A fim de tecer um estudo mais minucioso acerca dos verbos monoargumentais e verbos cujo número de argumento é zero, determo-nos, de início, àquelas estruturas com três e dois argumentos, respectivamente.

Em relação às estruturas com três argumentos, geralmente um corresponde ao argumento externo e os dois últimos aos argumentos internos - os quais chamamos de complementos. Observe os exemplos com seus respectivos diagramas arbóreos - focalizado somente na projeção argumental - abaixo:

(1) Estrutura com três argumentos:

a. Robéria deu dinheiro a João.



No diagrama acima (a), há o núcleo ¹*dar*, responsável por projetar uma estrutura com três argumentos, sendo um externo - *Robéria*- e dois internos - *dinheiro* e *a João*-. Alguém dá alguma coisa que, no caso, é Robéria; algo é dado, que no caso é dinheiro; e alguém é responsável por

¹ É importante frisar que há, dentro do modelo gerativista, outras concepções que procuram compreender as estruturas sintáticas sem o foco no léxico. Chamá-lo-emos tais concepções de Gramática Gerativa- A Morfologia Distribuída e a Exoesqueletal.

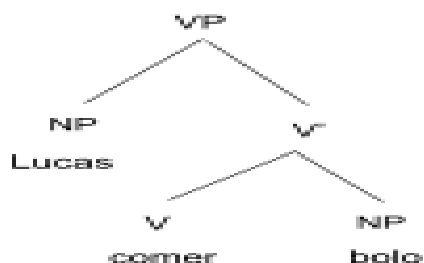
recebê-lo, que é João. Logo, podemos concluir que os três argumentos satisfazem a exigência do predicador verbal anteriormente citado.

(2) Estrutura com 2 argumentos:

b. Lucas comeu bolo.

Em (2), pode-se observar que o verbo *comer* exige dois argumentos, que são *Lucas*, o argumento externo, e *bolo*, o argumento interno, uma vez que está servindo como complementação do verbo (ou predicador verbal) mencionado anteriormente. Logo, o verbo *comer* é o núcleo que projeta e determina a relação de quem come e o que é comido. Nesta perspectiva, o diagrama arbóreo desta frase é:

(2)



Retornando à questão das estruturas sem argumentos e monoargumentais, podem-se observar algumas implicações, sobretudo a possibilidade da subcategorização dos verbos monoargumentais e o parâmetro pro-drop relacionado às estruturas sem argumentos.

A primeira questão que costuma levantar uma série de problemas são os verbos ditos “monoargumentais”, cujo número de argumentos por eles projetado é somente um. A tradição gramatical costuma nomeá-los - a despeito de suas diferenças na estrutura frasal - de verbos intransitivos. Em contrapartida, a sintaxe gerativa os subdivide em duas categorias: inergativos e inacusativos, a depender de sua posição no diagrama arbóreo, com auxílio de testes na diferenciação morfosintática. Tal diferença é imprescindível no estudo do argumento externo, uma vez que há tensionamentos quando o argumento externo está, por exemplo, na posição pós-verbal, tornando o estudo da análise sintática capcioso, na medida em que se pode confundir com complemento verbal.

A priori, a distinção entre verbos inacusativos e inergativos está situada na região em que o argumento é realizado na árvore, conforme defende Nascimento (2014):

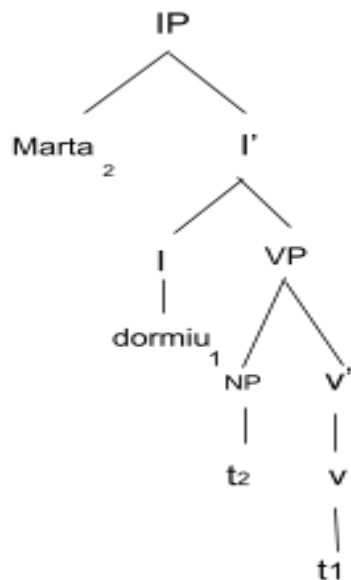
Uma propriedade fundamental na distinção de intransitivos e inacusativos é que o único argumento selecionado pelo intransitivo tem a proeminência de argumento externo (AE) enquanto o argumento do inacusativo tem as propriedades de argumento interno (AI). (NASCIMENTO, p. 239).

Observe as seguintes frases abaixo:

- (1) Marta dançou.
- (2) Caio chegou.
- (3) Correu Luciana.

Os estudos gerativistas nos revelam que na estrutura frasal (1) trata-se de um verbo inergativo, visto que os verbos inergativos são verbos com “sujeito agentivo” e que, aparentemente, não manifestam nenhum complemento (OLIVEIRA, 1978). Observe o diagrama arbóreo abaixo:

(5)



Em (5), pode-se observar que o argumento externo [Marta] estava anteriormente na posição de especificador do VP, no entanto foi erguido para o especificador de IP, a fim de que pudesse receber o caso nominativo neste local. Logo, houve uma projeção de um SN de característica “agente” na posição de especificador de IP. Dessa forma, o verbo dançar é inergativo.

Igualmente importante é esmiuçar a Teoria de Papel Temático, visto que é fundamental quando se trata de “sujeito agente”, “sujeito paciente”, etc. Basicamente, podemos compreender papéis temáticos como funções semânticas que os argumentos desempenham nas sentenças (CANÇADO, p. 114). Sob essa ótica, na frase “ Henrique observou Marilene”, há uma “cena” e participantes desta. O predicador *observou*, além de projetar o número de argumentos, também define que tipo de argumento pode ser combinado com ele. Logo, o predicador impõe diversas restrições aos argumentos por ele requerido. Neste sentido, o verbo *observar* requer um argumento com um determinado tipo semântico, a fim de satisfazê-lo. No exemplo acima, tal predicador verbal reivindica um NP - na posição de argumento externo- que seja capaz de atuar como um ser “ observador”. Portanto, o argumento *Henrique*, no exemplo acima, funciona como agente, isto é, o desencadeador de uma ação, capaz de agir com controle. (CANÇADO, p. 113).

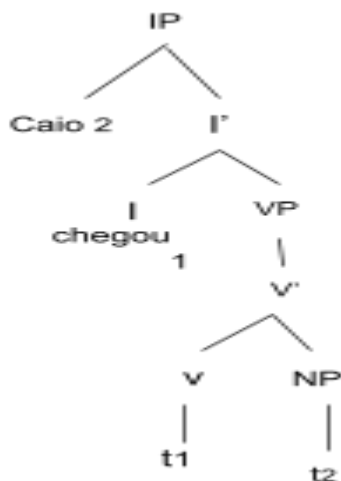
Sobre os papéis temáticos, geralmente os classificam em: agente - quem desencadeia a ação, com controle-, causa - desencadeia a ação, sem controle-, instrumento - o meio pelo qual uma ação é desencadeada-, paciente - a entidade que sofre o efeito de uma determinada ação- , tema - a entidade deslocada por uma ação-, experienciador - ser animado que mudou mentalmente, perceptualmente ou psicologicamente por uma ação-, beneficiário - entidade que é beneficiada pela ação-, objetivo - entidade a qual se faz referência-, locativo - local em que está situada ou acontece algo-, alvo - entidade para onde algo se move- e fonte - entidade de onde algo se move. Fica claro, portanto, que as relações semânticas que são estabelecidas entre os predicadores verbais e os argumentos são inúmeras.

Como foi citado anteriormente o termo “caso nominativo”, convém explicitar não somente o que tal expressão significa, como também descrever, resumidamente, o Caso estrutural e sua atribuição nas sentenças. Dessa forma, Caso seria uma categoria gramatical necessária para qualquer língua, na medida em que permite que os DPs sejam interpretados (MIOTO, p. 174). Em uma sentença qualquer, o DP marcado como nominativo recebe papel temático de agente - geralmente é o argumento externo da sentença-; acusativo, tema. Se não houvesse a categoria do Caso, não seria possível saber qual o papel temático do DP. Por fim, há três casos estruturais: nominativo, acusativo e oblíquo, .

Na maior parte dos casos, a preposição atribui caso oblíquo para o complemento. Logo, na frase “Isabella gosta de bolo branco”, a expressão *bolo branco* recebe caso oblíquo da preposição *de*. Isso pode ser constatado a partir de um novo exemplo, o qual se substitui *bolo branco* por um pronome pessoal: Isabella gosta de *mim*. Em relação ao Caso acusativo, pode-se dizer que ele atribui caso ao seu argumento (ou complemento). Nesta lógica, *de bolo branco* seria um DP que recebeu Caso acusativo do verbo *gostar*. Podemos perceber até agora que tanto o caso oblíquo quanto o caso acusativo são atribuídos a partir da relação de predicador verbal (núcleo) e o complemento. Em contrapartida, sob a noção do Caso nominativo, podemos compreender sua atribuição a partir de uma relação de especificador (argumento externo) e núcleo (verbo), embora tenha que se movimentar para Spec IP com o objetivo de receber, enfim, o Caso.

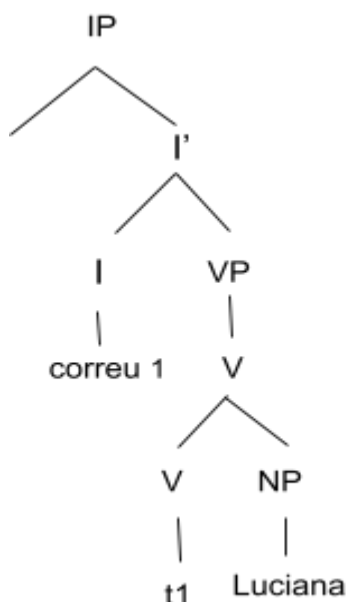
Retornando às estruturas frasais, há a existência de verbos inacusativos. A representação arbórea da estrutura (6) pode ser expressida como abaixo:

(6)



Em (6), o argumento externo [Caio] surgiu na posição de complemento de V', local em que, originalmente, cabe ao argumento interno, que normalmente recebe o caso acusativo do verbo. Neste sentido, o argumento externo anteriormente citado foi erguido para ser especificador de IP. Tal levantamento foi possível uma vez que não há argumento externo no círculo dos verbos inacusativos.

Em (7), a estrutura arbórea correspondente seria:



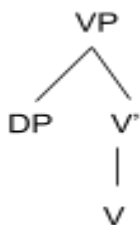
Na estrutura supracitada (7), é possível perceber que o argumento externo [Luciana] se encontra na posição em que teve sua origem na derivação sintática. Nesta perspectiva, houve somente a movimentação do verbo. É importante notar que, conquanto esteja na posição de argumento interno - uma vez que sempre está como complemento de V-, tal argumento recebe caso nominativo.

Como pôde-se observar, embora os verbos analisados tenham uma característica única de serem monoargumentais - isto é, exigirem somente um argumento -, as posições do argumento a que os verbos projetam os subcategorizam em dois grandes grupos: inergativos e inacusativos. Suas respectivas representações arbóreas podem ser observadas abaixo:

(a) inergativos

(b) inacusativos

(a)



(b)



Tal diferenciação é importante, não só porque facilita a compreensão do aluno acerca do que é verbo monoargumental - e suas respectivas particularidades-, como também implica diretamente no estudo e na análise do argumento externo, uma vez que será esse o termo exigido pelo predicador verbal mencionado.

Outrossim, chamamos a língua portuguesa de “língua pro-dop”, uma língua que permite que o sujeito seja nulo (ou não preenchido); diferente do inglês, que possui obrigatoriedade no preenchimento do sujeito por um pronome. Este é um fato paramétrico da Gramática Universal, sistema linguístico compartilhado por todas as línguas. Por sujeito nulo, entende-se:

“Sujeitos nulos (fonologicamente não expressos) – referenciais ou não – são atestados em um conjunto de línguas do mundo, diferindo-se de outro grande conjunto que somente atesta sujeitos explícitos. Logo, a possibilidade de ocorrência de um sujeito pronominal nulo na sentença, como não é uma característica geral das línguas.”
(OLIVEIRA, 1978, p. 91)

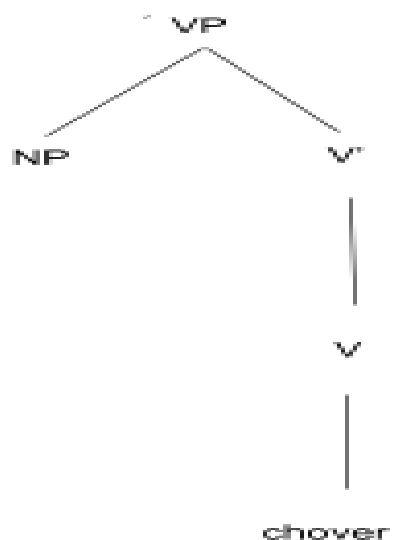
Neste caso, enquanto numa oração da língua portuguesa, em que aparentemente não existe sujeito - e por isso mesmo a gramática tradicional a conceitue de “oração sem sujeito”-, na língua inglesa há a existência dele, conforme pode-se observar nos exemplos abaixo:

(7) Choveu.

(8) It rained.

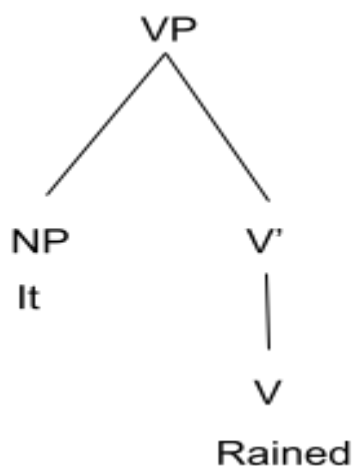
Nas configurações arbóreas, observa-se, ambas estruturas, respectivamente:

(7)



Em (7), esquematiza-se um verbo cujo número de argumentos é zero, por isso não houve a inclusão do constituinte nominal - ou sintagma- na posição do sujeito (ou argumento externo, conforme a sintaxe gerativa), pelo fato de o português, a partir de seus parâmetros - já aventado em capítulo anterior - assim permitir. Na estrutura acima, podemos observar que o sujeito é foneticamente nulo. Como mencionado acima, as línguas de sujeito nulo são aquelas que o falante pode não evidenciar o sujeito pronominal. O material fonético, neste caso, é dispensável na frase. Isso é possível devido ao paradigma flexional variado que essas línguas possuem. Neste sentido, a classificação de “oração sem sujeito” -aventada pela Gramática Tradicional-, puramente semântica, além de negligenciar a estrutura sintática da frase - uma vez que existe o sujeito, embora não preenchido-, reduz-lhe ao estudo superficial e leviano da estrutura oracional.

Em contrapartida, o esquema arbóreo de (8):



Em (8), na língua inglesa, pode-se observar que o parâmetro pro-drop não é possível, ainda que tal verbo expresse um evento da natureza. Logo, há a obrigatoriedade de preenchimento dos pronomes na posição do argumento externo.

Nesta perspectiva, a consequência do parâmetro pro-drop é a identificação do argumento externo da sentença a partir da desinência do verbo. Sob essa ótica, uma vez que na morfologia do verbo é possível identificar a que elemento - pronome- ele faz referência, sua utilização é desnecessária, conforme os exemplos abaixo:

(9) Isabella é uma excelente professora de linguística. Por isso, **merecerá** grandes reverências.

(10) Juliano viajará amanhã. **Disse** que é urgente.

Em ambos os exemplos, os verbos destacados referem-se aos argumentos externos da oração anterior. Ambos os itens lexicais estão na terceira pessoa do singular, fazendo referência, respectivamente, à Isabella e a Juliano. Portanto, a partir da morfologia verbal - e sua concordância- é possível identificar a que elemento ele faz menção. É importante frisar que, caso o falante desejasse utilizar um determinado pronome para retomar - a partir da anáfora - um termo supracitado, assim poderia, pois a frase continuaria sendo gramatical:

(11) Isabella é uma excelente professora de linguística. Por isso, **ela** merecerá grandes reverências.

(12) Juliano viajará amanhã. **Ele** disse que é urgente.

De modo contrário, podemos verificar, a partir de exemplo, que língua inglesa necessita do argumento externo pleno - isto é, expresso-, a fim de que se possa identificar a que termo - pronome- o verbo está fazendo referência:

(13) **Love** you.

No exemplo acima, podemos dizer que há a necessidade da utilização do pronome, uma vez que a desinência verbal não dá conta de identificar o argumento externo do verbo “love”. Sob essa conjuntura, sem a utilização do pronome, poder-se-ia supor que os pronomes “i”, “you”, “she” seriam o argumento externo de “love”. Para o inglês, pois, a frase acima (13) seria agramatical, na medida em que não faria parte das regras gramaticais utilizadas comumente pelos falantes.

Diante do elencado, fazendo um contraponto com a Gramática Tradicional, a sintaxe gerativa postula novas visões acerca de diversas classificações inconsistentes e incoerentes da gramática normativa. O gerativismo, portanto, fornece subsídios para uma análise mais aprofundada e concatenada ao aspecto estrutural da frase.

4. Alternativa à gramática tradicional na Educação Básica

Diante do elencado, há a profunda necessidade de se repensar o ensino de sintaxe, sobretudo em relação ao argumento externo - que é o foco deste trabalho. Pudemos constatar que o ensino dessa matéria pautado numa visão tradicional além de não dar conta de todos os fenômenos da língua, sistematicamente dá enfoque a conceitos lógico-semânticos, que são por muitas vezes incoerentes e inconsistentes. Além do mais, essa matéria não pode ter fim em si mesma - ou seja, é inadmissível que a aula de análise sintática se restrinja a classificar oração, períodos, encontrar termos, etc.

O ensino da sintaxe da língua portuguesa deve funcionar, pois, como um dos meios para o ensino da língua escrita, atrelada à análise linguística e à leitura. Sob essa ótica, criar condições para que o aluno consiga desenvolver a capacidade de expressão oral e escrita já seria uma forma concreta de se obter um resultado melhor no ensino e na aprendizagem. (VIEIRA, 2018, p. 28)

É importante ressaltar, todavia, a fim de que não haja conclusões equivocadas, que não há uma apologia ao extermínio do ensino da norma-padrão aos alunos. O que se defende é o modo como é ensinado, uma vez que não faz sentido o ensino se limitar à identificação e definição de termos - o que o torna maçante. Além da norma-padrão contribuir para o ingresso do aluno ao mundo letrado - contribuindo para o seu exercício pleno da cidadania-, é de conhecimento de todos que saber os termos da oração, por exemplo, auxiliá-lo-ia no emprego de vírgulas, uma vez que se entende que não deve haver o sinal de pontuação entre argumentos e o predicador.

Em suma, o ensino de sintaxe deve ser feito sempre de maneira integrada, aliado à produção de texto, ao trabalho com múltiplos textos. É preciso que o aluno consiga estabelecer relações - antes mesmo de saber definir o nome dos termos da oração - das palavras que, juntas, formam frases e compreender, sobretudo, suas funções nos aspectos sintático, morfológico e, por fim, semântico. Isto posto, na frase abaixo (14):

(14) Chegaram muitas encomendas para o filho do Henrique.

Numa análise sintática em consonância com a visão tradicional, provavelmente proporia ao aluno identificar “ As encomendas” como sujeito e “chegaram” como verbo transitivo indireto. Encerraria a análise por aí. Todavia, essa metodologia não contribui para uma construção do aprendizado, na medida em que não possibilita o aluno depreender as relações existentes entre as palavras. É necessário, assim, que o aluno perceba que o verbo chegar está na terceira pessoa do plural, uma vez que o argumento externo “Muitas encomendas” está no plural também, portanto, deve haver sincronia entre ambos na morfologia. O aluno deveria, assim, ser capaz de compreender que, embora o sujeito estivesse numa posição pós-verbal, o elemento que o sucedera deveria concordar com ele. Além do mais, seria interessante compreender que dentro do núcleo do sintagma nominal “Muitas encomendas” - responsável por ser o argumento externo da sentença- cabe análise também. Sob essa perspectiva, o elemento à esquerda do núcleo “encomendas” trata-se de um quantificador, que, neste caso, expressa uma quantidade indefinida.

Além disso, há possibilidade de várias abordagens didático-pedagógicas no ensino da sintaxe, sobretudo do argumento externo. Um ensino focado em somente teoria e exemplos descontextualizados não soma à aprendizagem significativa, mas sim uma abordagem que privilegie a prática do uso, de forma que os alunos compreendam a importância da gramática.

Dessa forma, a partir do próximo capítulo haverá ênfase em atividades práticas que possam corroborar com o trabalho pedagógico dos professores da Educação Básica, de tal modo que esteja subjacente à teoria gerativa.

Capítulo 5- Propostas práticas de atividades pedagógicas

Neste capítulo propor-se-ão 3 atividades para se trabalhar com a noção de sujeito nas aulas, de modo que satisfaçam os itens exigidos em documentos da área de língua portuguesa para a educação básica e que, ao mesmo tempo, estejam ancoradas em teoria gerativa com suporte textual e contextual.

Exemplo 1 de atividade:

Na sala de aula, o professor de língua portuguesa faria uma votação aberta para saber o estilo de música preferido dos alunos. Em seguida, pedir-lhes-ia para escolher um cantor que fosse representante daquele determinado estilo musical. Suponhamos que o ritmo e cantor/a escolhidos pela turma foram, respectivamente, pop e Iza. Isto feito, escolheram a canção a canção, “Dona de Mim”, conhecida pelos jovens da classe. Isto posto, o professor partiria para a atividade.

Escolhidos o ritmo e a canção, partimos para uma análise gramatical do texto, após ter depreendido o sentido da música em questão. Abaixo algumas questões que poder-se-iam ser formuladas à turma, com foco no argumento externo:

1 . De quem se fala na música?

Observação: com essa pergunta, poder-se-ia descobrir o “sujeito” da música, uma vez que tal obra artística se evidencia descrevendo as atitudes de uma pessoa específica. Os alunos notariam que tal termo não está explícito, mas sim elíptico. Logo, no verso “ Já me perdi tentando me encontrar”, o termo [eu] está implícito. Concluiriam, portanto, que, por motivos estéticos, o autor preferiu deixá-lo subtendido.

2. A que pessoa o texto alude? Homem e mulher? Por quê?

Observação: nesta pergunta, o aluno teria de recorrer ao texto almejando encontrar alguma marca morfológica de masculino ou feminino do “predicativo do sujeito”, uma vez que no verso “Sempre fiquei quieta” pode-se observar *quieta* se referindo diretamente ao “sujeito” da frase, que está elíptico.

3. Na expressão “ A vida é louca”, podemos perceber que se trata de uma oração uma vez que há verbo, todavia, neste caso, não há uma ação propriamente envolvida. Podemos, logo, mesmo assim, concluir que *A vida* é o sujeito gramatical da sentença? Por quê? Caso passássemos o verbo ser para o plural, haveria alterações?

Observação: nesta questão, os alunos refletiriam sobre o que é, de fato, o sujeito gramatical de uma frase. Por razões óbvias, iriam inferir que nem sempre o “sujeito” é aquele termo que pratica ação. Entenderiam que *A vida* refere-se ao termo aludido uma vez que está em plena concordância com o verbo ser. Isso é tanto verdade que, caso passasse o verbo ser para o plural, teriam duas alterações: *A vida* iria para *As vidas* e *louca* para *loucas*. Logo, uma das conclusões que poderiam ser tiradas pelos alunos é de que o sujeito gramatical da sentença é subordinado ao verbo, tendo de estar em consonância com ele.

4. Na frase que há na música “ O seu conceito não altera a minha visão”, o verbo *alterar* precisa de outros termos para ter sentido completo. Quais são esses termos? Antes da expressão *não*, qual termo poderia substituir o fragmento, a fim de manter o sentido original?

Observação: a pergunta faz com que o aluno tanto dê atenção à predicação verbal, uma vez que ele terá de ser capaz de compreender que os termos requeridos pelo verbo *alterar* são [O seu conceito] e [A minha visão], tanto em relação à substituição, por exemplo, por pronome, como [Ele não altera minha visão].

Exemplo 2 de atividade:

A partir da manchete retirada de um jornal abaixo, fazer-se-ia uma análise gramatical, com foco, sobretudo, no “sujeito” da sentença.

CRIME

Cão de raça é roubado no subúrbio

ALEXANDRE SANTOS

"Não quero encontrá-lo só por causa da raça ou do pedigree, mas, sim, pelo valor sentimental que temos por ele", apela o dono de Mike, de seis meses, um cãozinho da raça shih-tzu, roubado no último sábado, no fim de linha do bairro de Plataforma, no subúrbio ferroviário da capital baiana.

O homem, que preferiu manter a identidade em sigilo, registrou boletim de ocorrência, na manhã de ontem, na 5ª Delegacia Territorial (5ª DT- Periperi).

Segundo o dono, um homem em um VW Gol verde o abordou e pediu o cachorro, que estava nas mãos dele. "Era um cara alto, forte e de cavanhaque ralo. Estava armado, com uma camisa polo branca e de bermuda jeans", descreveu.

De acordo com o dono, o interesse do assaltante era no cão, pois ele disse que o animal era presente "para a filha do patrão" dele. "Ele só roubou o smartphone de minha esposa, que estava ao meu lado, porque percebeu o volume do aparelho no bolso dela", disse a vítima. "A casa está triste, uma vez que morávamos só nos três", lamentou.

Cãozinho Mike, da raça shih-tzu, foi levado por um ladrão que fugiu em veículo VW Gol



INFORMAÇÕES SOBRE O PARADEIRO DO CÃO: (71) 3231-0000 (DISQUE DENÚNCIA) 8178-9049

O professor conversaria com os alunos acerca das seguintes questões:

1. O termo *cão de raça* ele pratica a ação ou sofre?

Observação: mais uma vez, ter-se-ia a oportunidade de elucidar ao aluno de que o sujeito gramatical da sentença nem sempre pratica a ação. Tal expressão é exemplo nítido de que o cão de raça sofreu a ação de ser roubado, portanto é paciente no processo verbal.

2. Caso quiséssemos alterar a frase fazendo que o cão de raça tivesse praticado a ação, o que mudaria?

Observação: a partir daí, os alunos teriam de ser capazes de passar essa frase para a voz ativa - sem o professor precisar nomear nem definir voz passiva e voz passiva -. Espera-se que montem a frase: "Cão de raça rouba no subúrbio". Diante disso, o professor chamaria a atenção de que "é roubado" transformou-se em "rouba". Logo, os alunos concluiriam que, para formar um sujeito paciente, ter-se-ia de haver mais de um verbo.

3. Sobre a frase montada pelos alunos "Cão de raça rouba no subúrbio", se quiséssemos indefinir quem rouba no subúrbio, quais mecanismos seriam aceitáveis?

Observação: Com essa pergunta, o professor encabeçaria formas de indeterminar o "sujeito". Os alunos perceberiam, por exemplo, que se pusessem o verbo roubar na 3ª pessoa do plural, tal como "Roubaram no subúrbio", conseguiriam indeterminar o agente do processo verbal. Além disso, compreenderiam que, se se colocasse a partícula "se" ao

lado do verbo roubar, em “ Rouba-se no subúrbio”, também poderiam indeterminá-lo. Logo, com essa pergunta, a partir da extração do conhecimento linguístico prévio do aluno - sendo assim, sem ditar nenhuma regra gramatical-, ele seria capaz de indeterminar o “sujeito”.

4. Embora haja possibilidades de deixar o sujeito gramatical implícito, no exemplo acima, não é viável. Por quê?

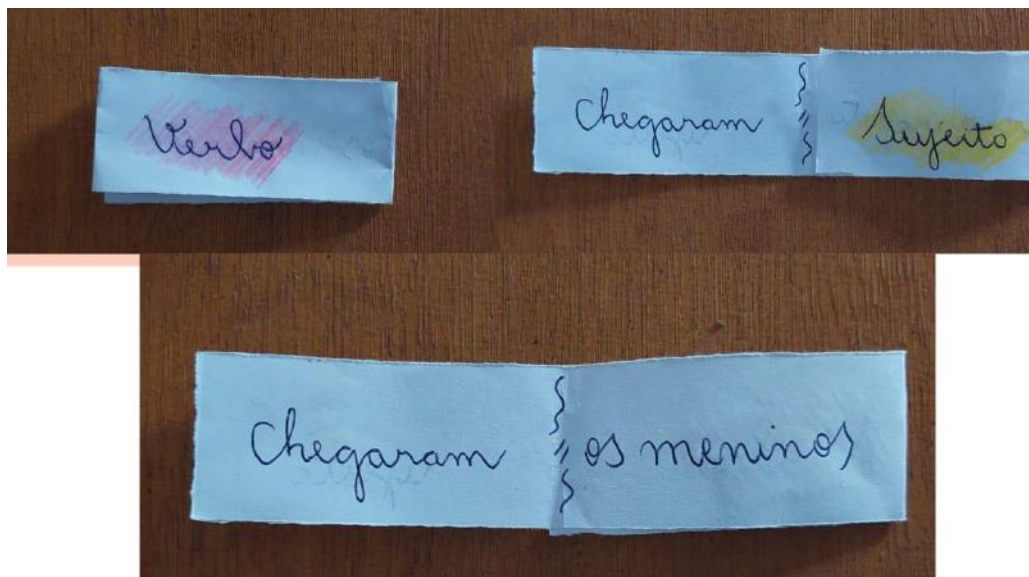
Observação: Espera-se que o aluno tenha consciência da importância de deixar claro o sujeito gramatical em frases na voz passiva, uma vez que tal modalidade verbal enfatiza o sujeito das frases. Portanto, além de ficar inviável - porém gramatical - “ É roubado no subúrbio”, é incomum a construção dessa frase em um contexto jornalístico.

Exemplo 3 da atividade:



1. A proposta de atividade acima é simples, embora seja importante não somente para o estudo do “sujeito” em sala de aula, como também para instigar a criatividade linguística do aluno. Acerca da atividade, o professor separará a turma em pequenos grupos - no máximo 5 alunos- e irá decidir o número de rodadas do jogo. O dado passará por todos os grupos e, de acordo com o pronome que sair após a sua jogada, o grupo sorteará um verbo e formará uma frase criativa. O número de verbos são ilimitados, cabendo ao professor montar de acordo com o tempo de aula disponível. Tal jogo auxilia no processo cognitivo, como também torna a aprendizagem mais interessante e próximo à realidade do aluno.

Proposta de atividade única (2)



A atividade acima além de reforçar a construção do sujeito, também faz referência ao padrão oracional da língua portuguesa. Neste caso específico, há fuga da regra geral: S V OBJ. O que ocorre é que há uma inversão sintática: o verbo vem antes do “sujeito”. Neste caso, o interessante é o aluno perceber - a partir do material manipulável - as mais possíveis construções de sentenças, além dele mesmo poder construir o mesmo material com outro verbo e acrescentar, se for de sua escolha, adjuntos.



No caso acima, outro exemplo de material manipulável - nesta sentença, com o predicador verbal *comer*, que requer dois argumentos. Note que o material permite que o aluno perceba gradativamente todos os elementos que fazem parte da oração.



No último exemplo com o material manipulável, há a ênfase no predicador verbal *pedir*, que requer três argumentos. O professor pode pedir ao aluno que monte o mesmo material com verbos que exigem o mesmo número de argumentos que o de cima.

Dessa forma, foram elencadas algumas formas possíveis de tornar o ensino de sintaxe - sobretudo o que “sujeito”- mais dinâmico, prático e significativo ao aluno. Logo, cabe ao professor refletir acerca dos métodos e abordagens na sala de aula, uma vez que o ensino da língua portuguesa deve transcender questões tradicionais. O aluno compreender a gramática como um sistema é fundamental a fim de que ele tenha consciência de todo o processo linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face das inconsistências e incoerências apresentadas pela Gramática Tradicional em relação ao “sujeito”, faz-se necessária uma nova concepção de ensino de sintaxe, sobretudo um ensino que leve em conta e valorize uma gramática inata já bem estruturada no cérebro do aluno-Gramática Universal. Sob essa conjuntura, o professor deve levar em consideração que ele não irá ensinar a gramática da língua portuguesa ao seu aluno, mas sim explicitar conhecimentos que ele já possui. Além disso, é importante que o aluno seja atuante no próprio processo de ensino, que ele consiga fazer ligação do conhecimento aprendido e refletido em aula com o do seu dia a dia.

Importante elucidar que não há uma campanha para o extermínio da Gramática Tradicional - mesmo porque os alunos terão de utilizá-la em contexto que requer uma linguagem mais próxima à norma-padrão-, mas sim um olhar minucioso às suas falhas, que são diversas. É imprescindível compreender que um compêndio gramatical escrito há séculos não dará conta da mudança pela qual toda língua passa. Então, sempre que o professor almeja incutir em seu aluno regras totalmente apartadas de sua realidade linguística, ver-se-á um conflito pedagógico.

Vale ressaltar que muitas das vezes o docente não é culpado da malfadada prática pedagógica, mas sim sua formação que é ultrapassada e pouco autônoma e não possibilita um olhar para além das concepções gramaticais. Por isso, é crucial da parte dos professores investigações linguísticas e pesquisas recorrentes, a fim de obter subsídios para as suas aulas. Um professor que leva tão somente em conta livros didáticos e gramáticas tradicionais provavelmente fornecerá aos seus alunos uma aprendizagem fragmentada e pouco utilitária para o dia a dia do discente.

Em vista disso, a Gramática Tradicional prega um sistema linguístico fechado, em que se são proibidas variações e qualquer atitude diferente do que ela prescreve resume-se a “erros”. Em contrapartida, a perspectiva aventada por todo esse trabalho compreende a gramática como um conjunto de regras de uma determinada língua, sem juízo de valor, isto é, se um falante pronuncia aquela determinada sentença e é compreendido por sua comunidade de fala, tal sentença é gramatical, fazendo parte daquele universo linguístico. A gramática agora é vista como um

sistema que é partilhado por todos, independente da raça, condição social e sexual. Portanto, nesta perspectiva, a partir da aplicação de uma regra, formam-se diversas sentenças.

A concepção adotada acima promove uma repaginada no ensino desse sistema. A gramática passa a ser um sistema que todos dominam - uma vez que os falantes de determinada língua dominam o código, exceto em casos particulares. Logo, a abordagem didático-metodológica deve mudar a fim de estar em consonância com a visão anteriormente citada.

Sob essa ótica, o ensino que valoriza a gramática de uma forma contextualizada, dinâmica e lúdica é favorável à aprendizagem significativa. Propostas pedagógicas que enfatizem a reflexão linguística promovem um grande avanço na contribuição da autonomia do educando, na compreensão da existência das diferenças linguísticas, na autoestima do aluno - uma vez que ele será o protagonista no processo de ensino-aprendizagem - etc.

Cabe aos educadores um posicionamento crítico diante das várias falhas pelas quais o ensino de língua portuguesa nas escolas passa nas escolas. Compreender o âmago da questão é fundamental para que haja mudança, isto é, que haja uma postura inovadora por parte dos professores que estão, de fato, comprometidos com a educação brasileira e, sobretudo, comprometidos com uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cunha, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. [recurso eletrônico]/ Celso Cunha, Lindley Cintra. - 7ª ed., reimpr. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. 800 p., recurso digital
- PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- Mioto, C., SILVA, M. C.F., LOPES, R.E.V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis : Insular, 3ª ed., 2007.
- PERINI, Mário Alberto. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1985.
- RAPOSO, E. **Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem**. Lisboa: Ed. Caminho, 1992.
- DUARTE, M.E.L. *Termos da Oração*. In: VIEIRA S.R.& BRANDÃO, S. F. (Orgs.) **Ensino de Gramática**. Descrição e uso. São Paulo. Editora Contexto, 2007.
- ARAÚJO OLIVEIRA, F. **O ensino de gramática: reflexões e propostas**. Revista do GELNE, v. 21, n. 2, p. 112-125, 5 ago. 2019.
- KENEDY, E. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). In.: **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- MAIA, Marcus. **Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. SP: Ed. Contexto, 2013.
- CUNHA, C. **Gramática do Português Contemporâneo**. Belo Horizonte: L & PM Pocket, 1975.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.) **Ensino de gramática:** descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marta Laus Pereira. **Transitividade Verbal:** Contribuição para uma análise casual. 1978. Tese (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1978. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111287/181905.pdf>. Acesso em: 1 de jan. 2022.

NASCIMENTO, Silvia Helena Lovato do. **Os verbos inacusativos do Português Brasileiro:** uma proposta de categorização. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 30, n. 2, p. 237-256, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/3805/15276>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CANÇADO, M. **Manual de semântica:** noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

VIEIRA, S. R. (Org.). **Gramática, variação e ensino:** diagnose e propostas pedagógicas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2018.